

FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: FORTALECENDO OS EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO DE GUARABIRA-PB

**Franceleyde Ferreira
Carollyne Moura Ramos
Rômulo Leite Amorim
Patrício Lourenço**

RESUMO

Este texto tem como objetivo relatar um conjunto de acontecimentos relacionados ao planejamento e execução do Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e região realizado pelo Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES)¹, através do desenvolvimento do projeto “Fórum de Economia Solidária: fortalecendo os empreendimentos da região de Guarabira-PB”, que se propôs, formular ações que norteassem o desenvolvimento e a articulação entre os empreendimentos solidários, através da criação do Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e região. Este relato se deu de forma qualitativa e tendo como método de abordagem o Materialismo Histórico Dialético. A partir do desenvolvimento do projeto, foi possível observar um processo contínuo e coletivo que resultou na oficialização do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e região, em 12 de dezembro de 2018. Porém, os desafios continuam imensos, visto que o processo não se findou, pelo contrário, a consolidação do fórum acompanha novas demandas e novos desafios para o fortalecimento da economia solidária, desafios estes que só serão ultrapassados através da construção coletiva.

Palavras-chave: Economia Solidária. Fórum de Economia Solidária. Guarabira-PB

FORUM OF SOLIDARITY ECONOMY: STRENGTHENING THE DEVELOPMENTS IN THE REGION OF GUARABIRA-PB

ABSTRACT

This text has as objective to report the set of events related to the planning and execution of the Regional Forum of Solidarity Economy of Guarabira and region carried out by the Nucleus Catalyst of Solidarity Projects (NUCAES), Extension Nucleus linked to the Federal Institute of Paraíba (IFPB) Campus Guarabira through the development of the "Solidarity Economy Forum: Strengthening Entrepreneurship in the Guarabira-PB region", which proposed, in 2018, to formulate actions that would guide the development and articulation of solidarity projects through the creation of of the Regional Forum of Solidarity Economy of Guarabira and region. This report was given qualitatively and having as a method of approach the Historical Materialism Dialectic. From the development of the project, it was possible to observe the continuous and collective process that resulted in the officialization of the Solidarity Economy Forum of Guarabira and region. However, the challenges remain

¹ Núcleo de Extensão vinculado ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – *Campus* Guarabira.

immense, since the process is not over, on the contrary, the consolidation of the forum accompanies new demands and new challenges for the strengthening of the solidarity economy, challenges that will only be overcome through collective construction.

Keywords: Solidary Economy. Solidarity Economy Forum. Guarabira-PB

Data de submissão: 20 /03/2019

Data de aprovação: 27/03/2019

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Guarabira/PB detém grande importância na região por sua capacidade influenciadora tanto no âmbito social, como também no político e econômico. A polarização da região vem desde os primórdios da formação da população guarabireNSE, haja vista que Guarabira sempre foi referência, chegando a ser considerada “rainha do brejo”, sem estar localizada nessa mesorregião. Hoje a cidade é um grande centro comercial e sede da segunda região geo administrativa do Estado da Paraíba que engloba cerca de 24 municípios, além de formar a Região Metropolitana de Guarabira, com 17 outros municípios: Alagoinha, Araçagi, Belém, Borborema, Caiçara, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Serra da Raiz, Sertãozinho e Serraria. A formação dessa região metropolitana teve por intuito o desenvolvimento coletivo dessas cidades (PARAÍBA, 2011).

Nesse território encontramos uma diversidade de organizações sociais que buscam a melhoria das condições de vida da população, principalmente para aqueles que se encontram à margem no processo produtivo e no acesso ao consumo. Observa-se a presença das atividades que envolvem práticas de Economia Solidária, atuando de várias formas nos diversos municípios desta região, como: associações, grupos de artesãs, agricultura familiar, feira de economia solidária, fundos rotativos, banco de desenvolvimento comunitário e moeda social.

Neste contexto, as cidades polarizadas pela cidade de Guarabira mostram que possuem grande potencial de desenvolvimento do movimento econômico solidário, que tem em seus princípios a autogestão, autonomia, democracia, comércio justo, sustentabilidade, cooperativismo solidário e consumo consciente e solidário, do modo a objetivar a geração de trabalho e obtenção de renda (FRANÇA FILHO; 2007). Mesmo diante do estímulo via setor público, na criação de fóruns, secretarias, grupos de formação econômicas solidárias, além da implantação de centros de referências para a comercialização e outras ações, existe uma evidente necessidade de maior apoio para que estes empreendimentos possam consolidar-se diante das demandas dos consumidores e das problemáticas de gestão, comercialização e manutenção dos princípios solidários (GAIGER, 2007).

Nesta perspectiva, o NUCAES, percebendo a forte importância que detém esta modalidade econômica e seus atores para a região metropolitana, desenvolveu o projeto “Fórum de Economia Solidária: fortalecendo os empreendimentos da região de Guarabira-PB”, que se propôs a formular ações que norteassem o desenvolvimento e a articulação entre os empreendimentos solidários, através da criação do Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e região. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo relatar a intervenção do NUCAES no projeto supracitado, com vistas a contribuir com debates sobre economia solidária visando o fortalecimento desses empreendimentos.

Vale destacar que o NUCAES se propõe a atuar via ações de extensão, ensino e pesquisa. Para tanto, vem desenvolvendo uma teia de articulações com seus parceiros sociais, que incluem movimentos sociais, organizações em fins lucrativos, outras instituições de ensino e os próprios empreendedores solidários. O Núcleo vem possibilitando um incentivo ao trabalho em equipe (interna do IFPB e externa beneficiários) ampliando a rede de contatos, contribuindo para que, não só o IFPB, mas a comunidade em geral conheça a realidade dos empreendimentos econômicos solidários da cidade de Guarabira e região.

Além disso, por meio dos projetos organizados pelo núcleo, os discentes do Ensino Superior e do Ensino Técnico que atuam no NUCAES vêm tendo a possibilidade de aplicar seus conhecimentos por meio da participação das atividades desenvolvidas no decorrer dos projetos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Economia Solidária

A origem da Economia Solidária reporta-se à época da Revolução Industrial na Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX, cenários da introdução das máquinas a vapor nas fábricas e da substituição da força de trabalho humano, que acabou acarretando uma reestruturação das relações de produção (RANGEL; MANOLESCU, 2012).

Segundo Cornelian (2006), encontramos grande dificuldade em nossa busca pela definição do que seria exatamente “Economia Solidária”. Isso porque, não só há grande imprecisão quanto à compreensão e o entendimento do que seja Economia Solidária, como também, existem muitas variações quanto às formas e mesmo quanto aos objetivos das articulações que se intitulam ou que são rotuladas como sendo pertencentes à Economia Solidária.

Mas, em aspectos gerais, podemos considerar que

a economia solidária constitui uma forma de produção que, ao lado de diversas outras formas de produção - o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (CORNELIAN, 2006, p. 28).

Apesar de estar inserida na estrutura capitalista de produção, a economia solidária apresenta particularidades que possibilita a geração de produtos e renda sem colocar como prioridade a maximização de lucros. Seus “princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER: 2002a, p. 10). “A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade” (CORNELIAN, 2006, p. 24).

Desta forma,

as práticas de cooperação e da Economia Solidária representam uma

alternativa para contrapor a lógica capitalista. Tais práticas, baseadas nos propósitos da gestão democrática, estruturam a base de uma nova forma de convivência em que a dimensão humana não é subordinada a critérios simplesmente financeiros. No campo, buscam viabilizar a organização da produção e construir uma proposta de comercialização cooperativista, cujo foco principal é o desenvolvimento econômico e social de suas populações (SCHMIDT; LIMA; SECHIM, 2010, p. 21)

Com intenção de resistir aos danos pelo desemprego e a precarização das condições de trabalho, os participantes da economia solidária enxergaram a necessidade de formular alternativas através da interação entre os diversos atores e instituições (governamentais e não governamentais e por meio do poder político que os grupos atuantes na Economia Solidária obtêm sua força coletiva acima dos interesses personalistas.

A Economia Solidária, como diz Singer (2002), é criada e recriada periodicamente com a finalidade de unir a capacidade de produção e consumo com os princípios de socialização dos meios de produção. Desse modo, a Economia Solidária torna-se uma “alternativa superior ao capitalismo, no sentido mais amplo da vida [...] como uma nova sociedade que une a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2002, p. 115).

Nessa perspectiva, Singer (1999) define-a como um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizado por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do País e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas, bancos do povo e diversas organizações populares urbanas e rurais.

Gaiger (2007) estabelece o termo Empreendimentos Econômico Solidários (EES) com objetivo de denominar as iniciativas autogestionárias e solidárias. Segundo o autor, sob a luz da teoria marxista, os EES representam uma nova forma social de produção pela modificação dos princípios e os fins da organização econômica.

No tocante às desigualdades sociais, Gaiger (2007) sustenta que a Economia Solidária tem sido apontada como uma alternativa inovadora e eficaz de criação de postos de trabalho, geração de renda e combate à pobreza, bem como uma prática redutora da vulnerabilidade social causada pela crise do desemprego. Em parceria com Laville, pesquisador da economia social na França, Gaiger fez apontamentos sobre esta “outra economia”: “consubstanciado na autogestão, institui novos protagonistas no mundo do trabalho e nos embates da cidadania, em resposta a anseios de bem estar, reconhecimento e vida significativa” (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 166).

Neste sentido, visualizamos que devido a fatores históricos presentes no tecido social desta região, como baixo nível de escolaridade, desemprego, alto índice de violência urbana, possibilita que muitos cidadãos e cidadãs, não tenham vez e nem lugar nas Instituições de Ensino – Profissional e Superior, ficando a margem do processo de qualificação profissional, aumentando a desigualdade social. A fim de diminuir a distância existente entre a sociedade local e o IFPB – *Campus* Guarabira, propomos o projeto Fórum de economia solidária: fortalecendo os empreendimentos da região de Guarabira-PB com vistas a desenvolver mais um projeto de fortalecimento da economia solidária, assim como mais uma oportunidade de troca de conhecimento entre os empreendimentos solidários e os integrantes do projeto, diminuindo, desta forma, a distância entre o meio acadêmico e o ambiente social.

2.2 Democracia Participativa

Ao visualizar o modelo de democracia liberal que se tornou hegemônico em diversos países do mundo no século XX, se verifica o afastamento dos indivíduos comuns do processo decisório, tornando a democracia apenas como uma forma de justificar a dominação política das elites liberais. Ao lançar um olhar sobre o Estado brasileiro pós Constituição de 1988, observa-se que a participação da sociedade civil em espaços de diálogo institucionalizados ganha força e se torna visível através dos diversos Conselhos e Fóruns de participação.

No caso do Brasil os processos de redemocratização impulsionados pelos movimentos sociais corroboraram para que houvesse abertura a participação, conforme ressaltam Santos e Avritzer (2002, p. 56) “[...] Durante o processo brasileiro de democratização e de constituição de atores comunitários surgiu de modo semelhante à ideia do “direito a ter direitos”, para avançar no processo de democratização do espaço público”. Fato que impulsiona a articulação entres os empreendimentos solidários da região de Guarabira para criar o Fórum Regional. Esse processo de implementação de direitos no campo social, econômico e político se inicia no Brasil na década de 1990 por consequência da promulgação da Constituição de 1988, denominada “Constituição Cidadã”. A Carta Magna garante a todos os cidadãos e cidadãs o direito ao trabalho, salários dignos, a educação, a previdência social, a licença materna e paterna, aos indígenas de possuir a terra, entre outros direitos sociais. E no campo político destaca-se o maior poder de interferência da sociedade no regime democrático, com a utilização do sufrágio universal, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Além da criação de diversos mecanismos de participação da sociedade civil (Conselhos e Fóruns), assim: “A nova Constituição descentralizou poderes e estipulou importantes benefícios sociais similares às democracias mais avançada” (ZAVERRUCHA, 2005, p. 59), se tornando uma referência para história do país.

Neste sentido, Gramsci (1991, p. 53), nos ajuda a compreender qual o papel da sociedade civil na luta por estabelecer espaços de participação política, no qual os trabalhadores possam desenvolver suas estratégias de emancipação: “[...] A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ética – política, em fonte de novas iniciativas” como o estabelecimento do Fórum Regional da Economia Solidária.

Em Gramsci, podemos verificar a elaboração da teoria do Estado “ampliado” na qual se configura uma relação entre a sociedade política e a sociedade civil, conforme expõe:

[...] Este estudo remete também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é atendido como Sociedade política (ditadura, ou aparelho coercitivo para moldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais (GRAMSCI, 2005, p. 85).

Desta maneira, nos diversos municípios brasileiros foram surgindo experiências de participação da sociedade civil, por meio da Democracia Participativa com vistas a complementar o modelo de democracia liberal vigente. Assim, os cidadãos passaram a intervir diretamente na gestão pública e no processo de elaboração das Políticas Públicas, com a descentralização do poder em nível local, corroborando com o que afirmou Benevides (2005, p. 88): “Logo, é função desses sagrados objetivos constitucionais que o povo deve

participar – decidindo, cobrando e fiscalizando”. Ou seja, a participação da sociedade civil, não mais se restringe apenas ao voto, vai além deste ato.

O processo de participação dos cidadãos na elaboração das políticas públicas é fruto de diversas lutas pelo espaço, realizadas pela sociedade civil, fato que gerou entre os tradicionais ocupantes de cargos de administradores públicos, forte rejeição por este modelo de democratização na gestão pública. No entanto, para que a participação da classe dominada ocorra é necessário que os grupos sociais estejam disponíveis e interessados nas práticas participativas, de ir conquistando seu espaço. Rompendo com a política tradicional, marcada pelo populismo, autoritarismo, clientelismo, assistencialismo, mandonismo, patrimonialismo, conforme expressa Jacobi (2000, p. 31):

A participação na gestão da coisa pública, enquanto corretivo das limitações da democracia representativa, possibilita, pelo menos em tese, o engajamento da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no controle das ações governamentais e dos negócios.

Sabemos que na primeira metade do século XX, os Conselhos de operários foram uma bandeira de luta desenvolvida pela classe trabalhadora buscando construir uma nova forma de democracia. Neste sentido, os Constituintes abrem espaços para os Conselhos e Fóruns de participação, como forma de avançar num espaço de superação de um Estado fechado em si mesmo, desta maneira: “Considerando o aumento da participação política e a emergência de novos e diferenciados interesses sociais, é bastante provável que haja um crescimento, quantitativo e também qualitativo, das organizações populares [...]” (MARTORANO, 2011, p. 153)

Por isso, à atitude da sociedade civil, que vive na região de Guarabira, demonstra a importância do engajamento dos movimentos sociais nas conquistas democráticas, pois conduziu a criação do Fórum Regional da Economia Solidária, como forma de influenciar as normas da política formal e da elaboração das Políticas Públicas, voltadas para geração de renda. Desta maneira, iniciou-se um processo de mudança na qual não só estava em jogo a autonomia de suas ações, mas demonstraram sua capacidade auto-organizativa de transformar as necessidades da sociedade em bandeiras de lutas.

A constituição do processo de participação ocasionou na sociedade brasileira a elaboração de uma cultura democrática. Desta maneira, verifica-se a própria existência de espaço públicos com participação da sociedade civil, que se colocou contrária a perspectiva das teorias elitistas de democracia, bem como da centralização do que é estatal (DAGNINO, 2002).

Outro fator que deve ser percebido é que nestes espaços públicos há um difícil aprendizado do reconhecimento do outro que têm direitos, havendo assim a existência de conflitos, na dimensão constitutiva da democracia e cidadania, no entanto, há o desenvolvimento de uma capacidade propositiva dos movimentos sociais.

De forma preponderante os espaços que são criados têm conseguido expressar e promover a defesa de reivindicações dos direitos pelos que necessitam da cidadania brasileira, atitude que influenciou a articulação do Fórum Regional da Economia Solidária.

Essas participações ativas da sociedade civil, nos processos decisórios demonstram cada vez mais a necessidade de ampliar a participação cidadã a fim de que ocorra uma representação relevante perante o Estado e este acolha as demandas oriundas da classe dominada. Além, disso, deve ser articulado entre a classe trabalhadora e o Estado um processo de fiscalização das ações desenvolvidas, buscando aniquilar o mau uso dos recursos públicos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2001) esse tipo de pesquisa, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, mas a partir de uma revisão literária para se ter um entendimento mais completo do objeto em estudo.

Quanto ao método de abordagem, optamos pelo Materialismo Histórico Dialético. Esta orientação metodológica se justifica porque tal método permite a compreensão de que a realidade do mundo do trabalho e suas características se transformam permanentemente, possibilitando aos cidadãos e cidadãs uma atualização e conscientização da existência de uma lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, possibilita uma visão dos fenômenos através da ação recíproca de forças contraditórias que são inerentes a eles (PIRES, 1997).

A seguir, será exposto o relato da experiência que foi concretizar o projeto “Fórum de Economia Solidária: fortalecendo os empreendimentos da região de Guarabira-PB”.

4 CONSTRUINDO O FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesse sentido o NUCAES, visando organizar o projeto, estabeleceu algumas etapas, que se caracterizaram como: reuniões pré fórum (sendo realizadas apenas com os parceiros sociais do fórum e a equipe do NUCAES); reuniões ampliadas e assembleia geral. As duas últimas contaram com a presença dos empreendimentos, parceiros sociais a própria equipe do núcleo.

Os parceiros sociais que se envolveram concretamente neste projeto foram:

- SEDUP - Serviço de Educação Popular - Organização atuante na cidade de Guarabira desde a década de 1980;
- RPCC - Rede Paraibana de Bancos Comunitários – Rede criada em 2016 para o fortalecimento das redes de bancos comunitários;
- CPT - Comissão Pastoral da Terra – instituição civil criada na década de 1970 com vistas a atuar em questões agrárias;
- CÁRITAS Brasileira – Atuante, desde a década de 1960, na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário;
- Fundação Grupo Esquel Brasil - Rede de organizações não-governamentais dedicadas ao fortalecimento da cidadania, no sentido da construção de novas formações econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável;
- Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro/PB – fundada em 2004, com o desenvolvimento de diversas atividades vinculadas a cultura, geração de renda e trabalho e fortalecimento da região.

No total foram realizadas 26 (vinte e seis) reuniões, que ocorreram em diferentes espaços da cidade de Guarabira-PB, algumas delas no próprio IFPB - *Campus* Guarabira, outras no Serviço de Educação Popular (SEDUP), um dos parceiros do projeto, e demais em uma comunidade de apoio a meninas em situação de risco denominada por Talita.

As reuniões foram divididas da seguinte maneira: dez delas com os empreendimentos

econômicos solidários e com os parceiros sociais; quatro delas para discutir a criação do fórum; e as doze restantes para a organização e posterior lançamento do Fórum. As reuniões consideradas mais importantes para a consolidação dos objetivos propostos pelo projeto serão relatadas a diante, mas, de antemão, sentimos a necessidade de relatar a origem das nossas ideias e intervenções.

Para a realização dessas reuniões a equipe do NUCAES manteve contato com os empreendimentos que foram mapeados por meio de um projeto anterior denominado “Estratégias de Fortalecimento da Economia Solidária na Região de Guarabira – PB”, que teve como seus objetivos específicos a realização de um mapeamento em Guarabira e região visando conhecer os empreendimentos caracterizados como EES, a criação de um banco de dados com as informações repassadas pelos empreendimentos e a realização de um seminário de integração entre os grupos de modo a possibilitar um diagnóstico sobre os entraves para o fortalecimento dos mesmos. Este seminário recebeu o nome de I INTEGRASOL, e ocorreu no final do ano de 2018, como mostra Figura 1.

Figura 1: Primeiro INTEGRASOL, ocorrido no ano de 2017



Fonte: Própria dos autores

A principal demanda advinda dos encaminhamentos deste seminário foi a criação de um fórum Regional de Economia Solidária para organizar a luta por políticas públicas e desenvolver estratégias para o fortalecimento do movimento. Foi através disso que surgiu o projeto “Fórum de Economia Solidária: fortalecendo os empreendimentos da região de Guarabira-PB”.

Durante as reuniões que chamamos de “pré-Fórum” a equipe do NUCAES articulou, juntamente com os parceiros sociais, como seriam feitos os contatos com os empreendimentos, quantos deles estavam aptos para participar do Fórum e como aconteceriam as reuniões ampliadas. Ou seja, essas reuniões forma operacionais de viés organizativo.

A primeira reunião ampliada ocorreu na parte da tarde do dia 08 de agosto de 2018 no Instituto Federal da Paraíba, Campus Guarabira. A mesma, contou com a participação de

diversos empreendimentos de Guarabira. Nesta reunião, foi proposta a apresentação de todos que ali estavam presentes visando uma melhor interação no grupo. Logo após, a equipe de assessoria CARITAS promoveu uma dinâmica objetivando a reflexão de todos com o uso da música Vida de Gado de Zé Ramalho. Em resumo, a dinâmica representava a cegueira social imposta pelo capitalismo que boa parte da população enfrenta por falta de conhecimento. A Figura 2 registra parte deste momento.

Figura 2: Dinâmica durante reunião ampliada para o pré-Fórum



Fonte: Própria dos autores

A segunda reunião ampliada do fórum aconteceu durante o dia 12 setembro de 2018, também no IFPB Campus Guarabira, e contou com a presença dos empreendimentos de Guarabira e região, assim como os grupos parceiros SEDUP e NUCAES. Os custos para realização do encontro foram financiados pela instituição através da taxa de bancada do projeto tendo em vista que os participantes são, em boa parte, residentes de outras cidades e que os mesmos já teriam gastos com o deslocamento de suas cidades até Guarabira.

Destaca-se ainda, durante esses encontros ampliados foram realizadas feiras de compra/venda/troca dos produtos dos empreendedores solidários. Nestes momentos, os empreendimentos pudessem expor os seus produtos, conhecer e ainda adquirir os produtos uns dos outros. Essa ideia foi aceita por todos e chegou a ser a primeira feira solidária realizada no Instituto Federal de Educação da Paraíba, Campus Guarabira, na qual participaram discentes, pais e professores da Instituição.

Essa feira de Economia Solidária ocupou o turno da manhã, permitindo uma interação entre os empreendimentos, assessores, parceiros sociais, professores, discentes e suas famílias que se encontravam no campus para uma reunião. Já turno da tarde, após a pausa para o almoço, deu-se início a reunião ampliada do fórum. A fala inicial foi feita pelo representante da Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro/PB e também um dos componentes do Banco Comunitário Lagoa e da Feira de Economia Solidaria de Lagoa de Dentro. Baseando-se em experiências vividas pelo grupo e por ele próprio, foi relatado experiências que somavam de forma direta aos empreendimentos que ali se encontravam. O mesmo mostrou alguns produtos que eram produzidos pela comunidade, dando destaque a

produção de fuxicos² e de uma bolsa feita a partir de garrafas pet, mostrando uma preocupação e consciência com o meio ambiente. Vale destacar que esta é uma característica fundamental para os moldes da economia solidaria. Além disso, mencionou sobre sua experiência em relação ao Fórum Estadual de Economia Solidaria da Paraíba.

Dando continuidade ocorreram as discursões sobre a criação do regimento do Fórum que foi realizada pela equipe representante do SEDUP. Foi apresentado o regimento do Fórum Estadual fazendo algumas alterações e correções adaptando-o junto com todos que se faziam presentes, visando elucidar da melhor forma e atender aos entresses da maioria.

Após discursões sobre o regimento interno surgiram indagações sobre a entrada e participação de novos membros no Fórum. Dessa maneira os empreendimentos acordaram que seriam necessários que os participantes estivessem presentes ao menos em quatro reuniões, visando a solidificação e o real entendimento do que o espaço seria. Também discutiu-se a necessidade de consolidar o regimento do Fórum. Outro compromisso colocado foi que os membros contribuíssem com uma quantia simbólica a ser entregue mensalmente visando dar condições aos representantes de arcarem com alguns gastos quando necessário e em relação aos encaminhamentos. Porém, até este momento não foram deliberadas as formas de coleta e administração deste recurso.

Já no dia 12 de dezembro de 2018 ocorreu a assembleia geral para o lançamento do Fórum Regional de Economia Solidária (Figura 3) que foi realizado na comunidade. Este evento aconteceu durante todo o dia. Participaram 10 empreendimentos solidários e 12 entidades de assessoria totalizando a presença de 50 pessoas. Sendo criado, nessa data, o Fórum de Economia Solidária da Região de Guarabira-PB.

Figura 3: Registro de momento de interação durante Assembleia Geral de lançamento do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e região



Fonte: Própria dos autores

No início da manhã, uma representante do NUCAES iniciou a fala explicando a história que antecedeu o evento de lançamento do fórum e ressaltou a importância desse espaço representativo e político dos empreendimentos. Também se utilizaram das palavras as representantes da CARITAS, que mencionaram a necessidade da solidariedade, da união e do encontro.

² O fuxico é uma técnica artesanal que que aproveita restos de tecido.

Em um segundo momento, representante da Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras (COPAFASB), falou sobre a proposta de mundo da Economia Solidária e sobre a necessidade da resistência desse tipo de economia. Apresentou também, dois de seus convidados da Secretaria de E.S do Estado a qual ela também faz parte. Logo em seguida as falas foram completadas pelo representante da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) e pelos membros do NUCAES, que mencionaram a parceria feita com o núcleo de pesquisa da Escola Nacional Florestan Fernandes, enquanto também foi apresentada a Rede de Bancos de Economia Solidária na Paraíba.

Dando continuidade ao encontro, foi realizada a leitura da proposta inicial de regimento do Fórum, elaborada inicialmente pelos pesquisadores do NUCAES e SEDUP, com base no regimento do Fórum Estadual da Paraíba. A leitura, realizada de forma coletiva possibilitou a discussão e consenso das partes do regimento. Ainda nesse momento foi discutida entre os presentes como seria denominado o fórum, sendo escolhido o nome Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba. Em relação as questões financeiras do fórum discutiu-se a necessidade da contribuição mensal de cada participante, para a sua manutenção, criando, desta forma, um sentimento de responsabilidade entre os seus membros.

Uma das participantes do espaço sugeriu doações de produtos para comercialização como contribuição para o fórum. Esta ideia esta que foi aceita pelo grupo como uma complementação e não como contribuição principal para o caixa do fórum.

No turno da tarde, após uma breve pausa para o almoço, representante do NUCAES deu início as atividades falando sobre a necessidade da organização estrutural do fórum com a organização de uma coordenação com o papel de ligar, organizar e fazer acontecer aquilo que é a proposta do Fórum.

O turno da tarde possibilitou a escolha dos representantes, tanto por parte dos empreendimentos, quanto por parte das entidades de apoio. Foi decidido pelo regimento aprovado pelo grupo, que a coordenação possui a seguinte composição: seis representantes de EES (sendo três titulares e três suplentes) e quatro representantes de entidades de apoio (sendo dois titulares e dois suplentes). Desta forma, ocorreu uma separação entre os representantes da assessoria e os empreendimentos solidários. Os dois grupos reuniram-se e elegeram como representante dos empreendimentos para titulares: Mulheres Guerreiras do Mutirão, Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Logradouro e Banco Comunitário Lagoa da cidade de Lagoa de Dentro. E para suplência: Mulheres Caboclas do sitio Caboclo, grupo de produção Pimenta Leonel e a Associação para o desenvolvimento sustentável da comunidade Chã do Jardim. As entidades de apoio escolhidas como titulares foram: CARITAS e Comissão Pastoral da terra CPT. Como suplentes, escolheu-se o SEDUP e NUCAES. A assembleia foi finalizada com a exposição dos produtos que cada empreendimento levou e com uma apresentação cultural.

5 CONCLUSÃO

O projeto do Fórum de Economia Solidária: fortalecendo os empreendimentos da região de Guarabira-PB realizou o acompanhamento de diversos empreendimentos solidários das cidades de Areia, Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Bananeiras, Lagoa de Dentro, Logradouro e Guarabira, no sentido do fortalecimento e estruturação de uma organização representativa de nível regional. Durante os meses do projeto de extensão, ocorreram encontros, rodas de diálogo e feiras solidárias, que tiveram como objetivo a criação de uma rede solidária, que tem como meta buscar soluções para os próprios problemas e necessidades comuns aos empreendimentos, cultivando um espaço de luta coletiva, com base na autonomia.

Nesse sentido, os resultados alcançados, percebemos que os empreendimentos da economia solidária conseguiram se unir como sociedade civil organizada em torno da criação do fórum, o aprendizado do trabalho coletivo com vistas a representação política e social e o fortalecimento dos laços que regem a Economia Solidária, como o relacionamento com outros grupos da região. Esse fortalecimento levou a uma ampliação da visão de mundo, nos negócios, mas também no papel que o Fórum da Ecosol pode desenvolver na sociedade civil organizada na região e na Paraíba.

Os desafios continuam imensos, porque o processo não se findou, pelo contrário, a consolidação do fórum acompanha novas demandas e novos desafios para o fortalecimento da economia solidária, desafios estes que só serão ultrapassados através da construção coletiva.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, M. V.. Nós, o povo: reformas políticas para radicalizar a democracia. *In:* BENEVIDES, M. V.; VANNUCHI, P.; KERCHÉ, F. (orgs). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo & Instituto Cidadania, 2005.
- CORNELIAN, A. R. **A Concepção de “Economia Solidária” Em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectiva**. 2006. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – UNESP, 2006.
- DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Capítulo 1
- FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.
- GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciência Sociais**, Portugal, n. 79, p. 57-77, dez., 2007.
- GAIGER, L. I. G.; LAVILLE, J. L. Economia Solidária. *In:* CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. [S.l]: Edições Alamedina, 2009. p.162-168
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2005.
- JACOBI, P. R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MARTORANO, L. C. **Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

PARAÍBA. Lei Complementar Estadual nº 101 de 12 de julho de 2011. **Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOEPB)**, 2011.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico dialético e a educação. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n. 1, 1997.

RANGEL, R. R.; MANOLESCU, F. M.. Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica. **Revista da Faculdade Eça de Queirós**, n.8, p.1-30,2012.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L.. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

SCHMIDT, A. B.; LIMA, S. de O. S.; SECHIM, W. Z. Economia solidária. *In*: **CADERNO pedagógico educandas e educandos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Possibilidades da economia solidária no Brasil. *In*: **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999. p. 51-60.

ZAVERUCHA, J. **FHC, forças armadas e política: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.